

-----ACTA N.º 03-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE ABRIL-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2011, pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2010, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2010, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação do Plano de Pormenor do Conjunto Turístico do Casal do Chafariz - Freguesia de S. Pedro e Santiago, para cumprimento do n.º 1 do art.º 79 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redacção dada pelo DL n.º 46/2009, de 20.02;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e Votação do Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e área envolvente para cumprimento do n.º 1 do art.º 79 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redacção dada pelo DL n.º 46/2009, de 20.02;-----

-----**5.º Ponto**- Discussão e Votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Discussão e votação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2011 – Orçamento /Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**7.º Ponto**- Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras à repartição encargos para apoiar a instalação de Campos Relvados, nos termos do art.º 22 do Decreto Lei 197/99, de 8.06, na sua actual redacção;-----

-----**8.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de isenção do pagamento de rendas - Mercado Municipal de Santa Cruz, ao abrigo do art.º n.º 19 do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Torres Vedras;-----

-----**9.º Ponto** – Discussão e votação do projecto de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para efeitos do disposto na alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18-09, na sua actual redacção;-----

-----**10.º Ponto**- Ratificação de Declaração de Interesse Municipal, para construção de Residência para Idosos - Rua das Taipas, Carreiras - Freguesia de Carvoeira, requerido por António José

Baltazar Antunes, referente ao processo de Obras IO/3/2011 em cumprimento da alínea a) do n.º 1 art.º130.º do PDMTV em vigor;-----

-----**11.º Ponto**– Discussão e votação da proposta de alteração de estatutos da associação EDEN, nos termos da alínea m) do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**12.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino tendo sido secretariado pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário) e pelo membro Francisco Cruz Branco da Silva -----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, António Carlos Nunes Carneiro, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Miranda, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Guilherme Manuel Real Alves Ferreira, David Bernardino dos Santos, Paulo Dinis Faustino Valentim e José António de Jesus Gomes Adriano.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

-----Faltou o membro Paulo Jorge Marques Lourenço Marreneca -----

-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, devido à ausência do Primeiro Secretário António Fernando Alves Fortunato chamou para completar a mesa o Sr. Francisco Cruz Branco da Silva, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES: -----

-----O Sr. *Presidente da Mesa* informou que a acta n.º 1 de 25.02.11 que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o texto definitivo da acta apresentada.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Sr. Francisco Branco da Silva passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados 8 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Carta de Ana Maria Henriques, de 21 de Março último a agradecer à Assembleia Municipal as condolências apresentadas, assim como ter deliberado lavrar em acta o voto de pesar pelo falecimento de seu pai José Filipe Ferreira Henriques.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Ofício número 108/11, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, de 14 de Abril, a remeter o Relatório de Actividades da comissão referente ao ano de 2010.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Ofício da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, de 27 de Abril, a remeter convite para assistir ao concerto de apresentação do novo maestro da Banda de Música desta associação, Rui Silva, que terá lugar no próximo dia 14 de Maio.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Ofício número 132/2011, da Junta de Freguesia da Maceira, com a presente data a remeter exposição que fez à Câmara Municipal, sobre o Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente, a informar o sentido de voto e solicitando que a exposição em causa seja transcrita em acta.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 5:-----

-----Carta de António Fernando Alves Fortunato, de 11 de Abril solicitando nos termos legais a substituição à sessão por se encontrar ausente do país nesta data.-----

-----Encontrava-se presente em sua substituição Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail de João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, a informar que não poderá estar presente pelo facto de estar presente na Assembleia da CIMOeste solicitando a sua substituição nos termos legais pelo Sr. José António de Jesus Gomes Adriano, que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO 7:-----

-----E-mail Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, de 20 de Abril a solicitar a sua substituição, nos termos legais.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Guilherme Manuel Real Alves Ferreira.-----

DOCUMENTO 8:-----

-----E-mail de António João Bastos, de 27 de Abril, a informar que não pode estar presente na sessão, por ir participar na Assembleia da CIMOeste, que se realiza na mesma data e à mesma hora, solicitando a sua substituição nos termos legais previstos.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente David Bernardino dos Santos.-----

-----Teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

BADALADAS- ESCLARECIMENTO:-----

-----Tendo presente o artigo veiculado na edição desta semana sobre as comemorações do 25 de Abril, o *Sr. Nozes Pires* interveio para rectificar palavras aí citadas como sendo suas, uma vez que não disse que rejeitava ajuda externa em nome do seu partido, disse que o seu partido rejeitou o envolvimento nos encontros com a “Troika”. Nem se referiu a ajuda externa porque entende que não é ajuda, é um empréstimo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSMISSÕES ON-LINE DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* lembrou que desde o início do mandato que tem abordado este assunto nas reuniões da Comissão Permanente e tem tentado que as transmissões sejam feitas até porque já é prática em muitos eventos desportivos e também Assembleia Municipais, para o qual já existe uma variedade de métodos e formas expeditas económicas.-----

-----Trata-se de uma deliberação da Assembleia Municipal do mandato anterior e não vê justificações nem técnicas nem financeiras para que ainda não esteja concretizado no município, pelo que gostaria de saber quando terão este serviço. -----

-----O *Sr. Presidente da Assembleia Municipal* informou que sobre este assunto oficiou a Câmara Municipal, no sentido de conjugarem esforço, mas ainda aguarda a resposta.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que de facto este serviço já devia estar activo, mas surgiram atrasos devido à baixa do funcionário que estava encarregue do mesmo. No entanto julga que será possível a curto prazo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

GALARDÃO QUALITY COAST:-----

----O *Sr. Rodrigo Miranda* deu nota, que pelo segundo ano consecutivo, a costa do concelho de Torres Vedras iria receber, no próximo dia 13, o galardão de “Quality Coast”, na categoria Gold, colocando-o ao nível dos 50 melhores destinos da Europa com políticas de turismo sustentável e de qualidade.-----

-----Reforçou que este reconhecimento se deve à aposta ganha numa requalificação que teve início à três anos atrás.-----

-----Lembrou que o programa Quality Coast tem por base uma rede mundial de comunidades costeiras que partilham valores semelhantes sobre o desenvolvimento sustentável, natureza, biodiversidade, património cultural, identidade e responsabilidade social, procurando sempre manter elevados padrões de qualidade no seu desenvolvimento turístico.-----

-----Salientou que esta iniciativa promove a participação destas comunidades, cooperando entre si, partilhando experiências e as melhores práticas com vista a melhorar a sustentabilidade e responsabilidade social no turismo.-----

-----Continuou indicando que a participação da autarquia neste programa melhora o desempenho de realizações de sensibilização no âmbito internacional, despertando o interesse dos promotores e operadores turísticos no concelho, gerando boa publicidade a nível nacional e internacional.-----

-----Referiu também que o Programa Quality Coast descreve a costa torriense com uma paisagem única com 20 km de litoral de belas praias, com areia colorida, boa luz e água limpa. -----

-----Entende que este é o caminho que devem seguir para continuarem a ser um concelho de referência que aposta em políticas ambientais e na qualidade de vida dos seus cidadãos, contribuindo para a melhoria da imagem turística do concelho. Estão na linha da frente das novas tendências da procura, a qual cada vez mais valoriza a sustentabilidade ao seleccionar o seu destino de férias.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INSTALAÇÃO DE COMPLEXO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS – BEFESA, LDA:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* começou por indicar que a questão que traz não é tanto uma questão, uma vez que politicamente o facto já está consumado, pelo menos na perspectiva do Presidente da Câmara.-----

-----Referiu que não se trata de uma questão técnica, não se trata de saber se o EIA vai ou não ser favorável, trata-se que politicamente é uma prioridade do Partido Socialista e do Presidente da Câmara.-----

-----Surpreende-se que venham a esta Assembleia falar em prémios “Quality Coast” e de sustentabilidade, porque a sustentabilidade e a preocupação ambiental está verdadeiramente vertida naquela que é a política prioritária do Presidente da Câmara e do Partido Socialista em instalar um aterro em Torres Vedras.-----

-----Fez notar que o Presidente da Câmara, coloca na discussão, além de outros argumentos, serem corresponsáveis ambientalmente, pelo que tinha que questionar quem é que define a cota de responsabilidade ambiental dos torrienses, quem é que define quais são os locais mais apropriados e adequados para instalar aterros em Portugal.-----

-----Fez notar ainda que se acaso tivesse sustentado esta opção num estudo verdadeiramente fundamentado, num estudo nacional que viesse concluir que Torres Vedras é o local mais adequado do país para instalar aquele equipamento, não gostariam, mas teriam que se resignar perante a evidencia do estudo e da fundamentação.-----

-----Frisou que a Câmara Municipal não pode, apenas colocar este ponto numa situação técnica porque senão estariam quase a assumir que poderia haver outras situações, noutros locais do país, em que não estavam cumpridas as regras ambientais. Estar cumprida a lei é aquilo que num estado de direito é exigido.-----

-----Assim sustentou que não convencem o Partido Social Democrata do ponto de vista técnico relativamente ao assunto, e garantem que vão fazer uma oposição muito vincada porque é uma questão política, e quando criticam a ausência de capacidade de atracção de investimento, não pode a Câmara vir apresentar como única solução, um aterro em Torres Vedras.-----

----Considerou quase uma indignidade que depois da Assembleia Municipal ter constituído uma comissão para avaliar este aterro, as forças partidárias que não estão representadas no Executivo apenas tenham tido conhecimento através dos jornais.-----

-----Entende que era digno, que a primeira comunicação, depois dos esclarecimentos prestados pela empresa tivessem sido dados à Assembleia Municipal e a estes partidos, que não podem ter conhecimento através do Executivo.-----

-----O líder da bancada socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** pediu a palavra para responder à afirmação que o PS, entenda-se os torrienses, assumidamente membros ou representantes do Partido Socialista pretendem promover esse empreendimento no concelho e é uma prioridade do PS.-----

-----Disse que não podia deixar de reagir porque não tendo nenhum estatuto de representação do Partido Socialista em Torres Vedras, publicamente identifica-se e é identificado como membro do PS, sem prejuízo da pluralidade de opções em democracia e é líder da bancada Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal.-----

-----Declarou que se tivesse algum sinal, que isso fosse verdade, demarcar-se-ia sem qualquer margem para equívoco, porque se há solidariedade que se tem que sobrepôr a qualquer outra é a com a sua terra.-----

-----Acrescentou que desde a primeira hora que se falou neste empreendimento, que lhe suscitou duvidas e preocupações e que subscreve.-----

-----Também entende que a opção no final não pode ser estritamente técnica, porque os requisitos técnicos podem estar todos observados, mas há empreendimentos que são qualificantes e outros que nem tanto, e esta matéria atendendo à sua complexidade, ao seu melindre, tem ser ajuizada com muita prudência.-----

-----Reafirmou que no final, o balanço tem que ser inequivocamente positivo para que seja dada luz

verde a tal empreendimento.-----

----Teve de seguida o uso da palavra o *Sr. José António Adriano*, representante do CDS-PP, para declarar que estão atentos quanto ao EIA e à segurança do aterro.-----

----O Líder do Grupo Municipal da bancada do Coligação Democrática Unitária, *Sr. Nozes Pires* começou por subscrever tanto a oportunidade como a justeza de argumentos que usou o membro Marco Claudino e que, sem ser contraditório, apreciou o suficiente a intervenção do líder socialista.-----

----Lembrou que foi a Coligação Democrática Unitária a iniciar este processo pelo que vêm com satisfação o apoio imediato dos outros partidos da oposição desta Assembleia Municipal.-----

----Disse ainda que para além dos partidos, tem-se visto o protesto, independente de qualquer acção que os partidos estejam a ter, das populações mais activas e que não passaram procuração a ninguém.-----

----Lembrou ainda que o “facebook” tem um movimento que já congrega 500 cidadãos de Torres Vedras que protestam a implantação do aterro em causa, alguns com argumentos substanciais e dando o nome e a cara.-----

----Observou que podem dizer que a questão do aterro está ainda no começo e acredita que os membros do Executivo vão ter a abertura de diálogo, de preocupação, tal como já aqui ouviu com muito gosto, até porque sabe nenhum dos presentes está interessado em que Torres Vedras seja o depositário do lixo.-----

----Expressou o desejo de que este assunto possa ser, numa próxima Assembleia Municipal, por imperativos legais e até por imperativos morais categóricos, discutido de novo.-----

----De novo no uso da palavra, o *Sr. Marco Claudino* registou com apreço, o que foi dito pelos líderes das bancadas.-----

----Esclareceu que não confunde todos os militantes com a orientação que é definida pelo Sr. Presidente da Câmara, mas bem ou mal, enquanto líder do PS em Torres Vedras e do Executivo socialista em Torres Vedras é natural e quase impensável não fazer essa associação de ideias.-----

----Quanto aos dados que suportam as suas palavras, informou que na comunicação social, O Sr. Presidente defendeu a bondade do aterro em Torres Vedras, assim como fez a defesa política da prioridade.-----

----Reforçou que prioridade normalmente tem que ter comparativos com outras situações e de facto em termos de atracção de investimento só seria prioritário se tivesse outras alternativas, que não tem. E portanto é uma opção política que é bem explicita por parte do Executivo Socialista.-----

----Precisou que quando a Assembleia Municipal for chamada, os membros do Partido Socialista poderão tomar atitude diversa, mas ao dia de hoje os Vereadores do PS do Órgão Executivo têm uma opção política que é não fazer a sopesagem dos benefícios e das deficiências do projecto.-----

----Reafirmou que politicamente o edil e o Partido Socialista de Torres Vedras abraçaram este

projecto, que não está fundamentado nem sustentado na sua localização nem na sua necessidade para o concelho.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por lembrar que Torres Vedras tem traçado algum tempo a esta parte um caminho na defesa ambiental do concelho, do qual se orgulham, que é referenciado, não só no país como no estrangeiro e por isso não aceitam de animo leve lições de ambientalismo de quem quer que seja. Têm legitimidade para discutir todas elas, pelos actos e pelos factos que têm comprovado e pela prática continuada que têm feito.-----

----Lembrou ainda que todos, sem excepção gostam muita da terra onde vivem e querem o melhor para ela, apenas com a diferença de que, eles, autarcas, têm um grande privilégio que é, na prática, fazerem do seu trabalho esse gosto.-----

----No que se refere ao complexo ambiental, diferencia-os defenderem que vão ver se é bom ou mau para posteriormente decidir quando outros não querem discutir e dizem simplesmente não.-----

----Frisou que ele e a equipa do PS no Executivo entendem que se aparece alguém com um investimento que traz emprego numa altura que é necessária e se com esse investimento a funcionar poderá haver maior atractibilidade de empresas para o concelho, o mínimo que podem fazer é, e tão só, estudar a situação. E o que a Câmara fez e está a fazer é dar passos nesse sentido.-----

----Lembrou a deliberação da Assembleia Municipal em 2008, ao qual estão a dar cumprimento.----

----Fez notar que o que a Câmara fez foi deliberar favoravelmente o início dos procedimentos para alteração da classificação do solo, assim como mandar elaborar em EIA para a zona, de forma a habilitá-los a tomar uma decisão quando a alteração da classificação do solo tiver que ser apreciada, porque só depois haverá o licenciamento da actividade, pelo Ministério do Ambiente. -----

----Fez notar ainda que aquilo que o Partido Social Democrata apelida de facto consumado é apenas o início de um procedimento, e por respeito a todos e também a quem pretende investir, no mínimo o que devem fazer é estudar a proposta.-----

----Salientou que o posicionamento da Câmara foi, é e será, em caso de dúvida, que, com a instalação desta indústria poderá haver hipótese de existir um mau estar para a população, ou mesmo riscos ambientais a nível de odores, que não será bom para Torres Vedras e não sendo bom para Torres Vedras, não é bom para todos.-----

----Consequentemente o único caminho a seguir será não alterar a classificação do solo e não aprovar o investimento e isto está perfeitamente claro. Estudar para que todos tenham melhor informação, para melhor decidir é o mínimo que podem fazer e é em total respeito por aquilo que foi a deliberação da Assembleia Municipal de 2008.-----

----Pedi novamente para intervir o membro *Marco Claudino* lembrando as palavras do Presidente da Câmara veiculadas na comunicação social, que politicamente disse que este é um bom investimento para Torres Vedras, apenas tendo dúvidas quanto ao relatório do EIA.-----

-----Quanto ao cumprir a decisão da Assembleia Municipal, uma vez que a empresa já deu os esclarecimentos que tinha a dar, lembrou que, além de estarem noutra mandato o que foi votado foi a não ratificação da declaração de Interesse Municipal.-----

-----Disse que o edil também se esqueceu de mencionar a declaração de voto então apresentada pelo Partido Social Democrata onde já expressavam que os fundamentos eram prioridades políticas.-----

-----Acrescentou que o Presidente da Câmara poderá dizer que nada está decidido, mas incitou-o a dizer agora, de uma vez por todas, se é favorável ao aterro, caso o EIA seja favorável.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* dirigiu-se ao membro Marco Claudino, para lhe dizer que não pode colocar na sua boca palavras que não disse, independentemente das interpretações que possa ter.-----

-----Disse que ninguém tem dúvidas que é um investimento, que é mais emprego, podem ter dúvidas se é atractibilidade ou não é. Cada um terá a sua opinião sobre isso. Mas quanto aos primeiros princípios ninguém tem dúvidas.-----

-----Reforçou que aquilo que se coloca é se eventuais riscos podem eventualmente ser cobertos por mais este investimento e mais emprego. E é isso que têm que aferir.-----

-Mais reforçou que se houver dúvidas, nem é de risco de contaminação mas de incómodo para a população, o voto do Executivo será contra. Ninguém tenha dúvidas nisso.-----

-----No entanto, não tem preconceito em estudar e avaliar a matéria, para ficarem com todos os dados e votar de forma consciente para o bem de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS NA ESCOLA HENRIQUES NOGUEIRA:-----

-----Tendo presente que não se trata de uma competência da Câmara, mas perante a notícia de que as obras em título estão paradas devido ao pedido de insolvência da empresa adjudicada a este estabelecimento de ensino, o *Sr. José António Adriano*, questionou se o Sr. Presidente tinha algumas informações sobre o assunto.-----

-----Lembrou que a situação é intolerável, uma vez que prejudica os alunos e as condições de segurança não são aceitáveis.-----

----- O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que se trata de um problema recente e não obstante não ser uma obra da Câmara, já solicitou reunião com a Parque Escolar para se inteirar do assunto e saber qual é a solução que se avizinha, esperando que não se trate mais do que um atraso.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PASSADEIRAS NA CIDADE:-----

-----O *Sr. José António Adriano* questionou a razão da passadeira situada na Rua Humberto Delgado, em frente ao Terminal Rodoviário, ter deixado de ser vigiada pela PSP da parte da manhã, como vinha sendo hábito.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou algum equívoco na questão uma vez que neste local nunca houve vigilantes, os quais estão só nas passadeiras que existem junto às escolas e fazem parte de um protocolo celebrado entre a Câmara e a Associação de Reformados do Concelho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DE VOTO:-----

-----O *Sr. José António Adriano*, face ao atraso que se verifica no pagamento desta remuneração por parte da juntas de freguesia, questionou qual a previsão para o efeito.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o pagamento é efectuado após transferência do Estado para as autarquias, o que aguardam.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REPOVOAMENTO DO RIO ALCABRICHEL COM RUIVACOS:-----

-----O Sr. Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, *Sr. António Espírito Santo* deu nota que no dia 27 de Março foram lançados ao rio perto do Ramalhal 400 ruivacos, no sentido de iniciar o repovoamento deste curso de água.-----

-----Lembrou que se trata de uma espécie de peixe de água doce endémica de Portugal que está em perigo de extinção, devido à poluição que a partir dos anos 70 atingiu o rio, contudo a construção da ETAR para os lugares de Ramalhal, Ameal e Vila Facaia, possibilitou uma melhoria considerável na qualidade das suas águas.-----

-----Deu ainda nota das várias entidades que possibilitaram esta iniciativa e destacou entre outros a presença da Ministra do Ambiente e do Sr. Presidente da Câmara de Torres Vedras no evento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL – INAUGURAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO - RUNA:-----

-----A *Sra. Ana Paula Faria* interveio no sentido de louvar a comemoração em título e agradecer o apoio que a Câmara Municipal deu para que as mesmas fossem possíveis, assim como possibilitou a inauguração do Centro Educativo nesta localidade-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Nos termos do art.º23 do Regimento da Assembleia Municipal o Presidente da Mesa deu a palavra ao público que estava presente na sala e que se inscreveu para intervir. -----

INSTALAÇÃO DE COMPLEXO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS – BEFESA, LDA:-----

-----Iniciou este período o munícipe *Rui Matoso*, para falar em nome da concelhia do Bloco de Esquerda de Torres Vedras,-----

-----Disse não perceber a razão porque, após a não ratificação da declaração de Interesse Municipal

por parte da Assembleia Municipal em 2008, o edil insistiu na aprovação do aterro, para o qual usou uma nova estratégia que visa alterar o PDM e que lhes parece um truque, uma vez que consiste em classificar o PDM como uma não actividade industrial.-----

----Quanto à política ambiental, que o Sr. Presidente da Câmara diz que é um ponto de honra municipal, acham que é no mínimo uma política ambiental um bocado bipolar.-----

----Especificou que se por um lado a autarquia tem promovido a mobilidade eléctrica, a instalação de painéis solares e o uso de energia renovável, não entende que por exemplo tenha promovido o abate de árvores, um bocado indiscriminadamente pelo concelho, questionando a razão do mesmo.--

----Lembrou também que se tivesse feito tudo para esclarecer a população, já desde 2005 que poderia ter o EIA, e por outro não tinha escondido que iria deliberar a alteração do PDM de 12 de Abril, que a população só ficou a saber através do Badaladas, porque não vinha sequer no edital e como era uma reunião pública, devia ser mencionado.-----

----Para terminar inquiriu se terá o aterro e não apenas a alteração ao PDM a Avaliação de Impacto Ambiental e porque razão a Câmara Municipal considera que o aterro não é uma actividade industrial, quando contradiz o regime jurídico da actividade industrial que classifica do tipo 1 a gestão de resíduos perigosos e equipamentos industriais que necessitem da EIA.-----

----Questionou ainda qual será a quantidade de resíduos depositados em aterro por ano, e se essa quantidade será efectivamente cumprida ou não, se este aterro está incluído na política de gestão de resíduos ao nível do Oeste e também nacional de modo a que justifique a existência de mais um aterro e se os outros que já existem na zona oeste já estão com a capacidade esgotada.-----

----A munícipe **Paula Rodrigues**, em nome dos moradores do Vale da Azenha reportou-se aos esclarecimentos dados na reunião do Executivo de 12 de Abril quanto à não existência de capacidade de tratamento dos plásticos das estufas na nossa região, para indicar que não é bem assim, uma vez que tem conhecimento de uma indústria em Torres Vedras que tem um projecto na sua fase final para ter este tipo de tratamento, pelo que a questão da mais valia do aterro neste ponto não se poderá considerar.-----

----Defendeu que moradores estão preocupados com a situação pois sabem que um aterro sanitário, será sempre um processo irreversível ambientalmente e não existem soluções perfeitas. Existem sempre situações que são inesperadas, que na sua maior parte são muito difíceis de tratar e sabem que os lixiviados são um problema recorrente.-----

----Tendo algumas dúvidas quanto ao tipo de unidade em causa e tendo já lido no jornal que existem dois aterros, um para resíduos não perigosos e outro para resíduos inertes, questionou o que é que é classificado como resíduos não perigosos, quem é que vai fazer esse controlo e com que regularidade.-----

----Fez notar também que sabem como é que infelizmente está a situação económica do país e que

existem muitas formas de contornar certas situações, sendo isso que os preocupa.-----

-----De seguida abordou a questão das poeiras que são levantadas, e não falando dos tipos de resíduos em causa, deu nota que não há forma de controlar as poeiras resultantes do transporte e da mobilização dos terrenos para a posição em aterro. As partículas suspensas no ar têm períodos de permanência durante anos, e podem ser arrastadas milhares de quilómetros.-----

-----Salientou a questão da localização geográfica do aterro que é junto a zonas agrícolas, que produzem as alimentações diárias dos torrienses, onde existem elevadas linhas de cursos de água que ficarão com certeza afectadas por este complexo ambiental, e eles vão consumir estes alimentos.-----

-----Reforçou que as poeiras vão depositar-se fora das localidades mais próximas ao aterro e devido à sua localização geográfica e pelo facto de ser uma zona de cota mais baixa relativa à cota do aterro, vão depositar-se em Torres Vedras. Trará problemas respiratórios para a população, sendo já Torres Vedras uma localidade cuja qualidade do ar é de fraca classificação.-----

-----Manifestou a sua satisfação por perceber que esta Assembleia Municipal, os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente da Câmara estão de facto muito preocupados em classificar devidamente este projecto, vendo se é ou não viável, se tem interesse ou não para as condições das populações.-----

-----Por fim realçou que a população está atenta, está a estudar, está a mobilizar-se e não se vão calar e aceitar, pois sabem que os interesses económicos falam mais alto do que os interesses das populações, o que não aceitam porque primeiro vêm os torrienses.-----

-----Teve de seguida o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que relativamente à questão de há à três anos atrás, se ter apreciado o interesse municipal e agora ser uma alteração da classificação do solo, esclareceu que tem a ver directamente com a classificação da actividade. Neste meio tempo esta actividade deixou de ser classificada como industrial, daí que caso se venha a admitir uma situação destas o caminho teria que ser pela alteração da classificação do solo. -----

-----Quanto à capacidade esclareceu que será sempre definida pelo Ministério do Ambiente e não pela Câmara Municipal. No entanto, em sede de memória descritiva, aquilo que os proponentes se propõe a tratar, são 155.000 T/ano, 100 T resíduos banais, 40 T de resíduos inertes e 15 T de lama . Desta tonelagem, pretendem depositar em aterro, cerca de 25% ou seja, 75% é para reutilização.-----

-----Sobre os outros aterros estarem esgotados, informou que não estão a falar em nenhuma Resioeste, que recebe resíduos sólidos urbanos. Estão a falar de um aterro de resíduos industriais não perigosos, que são coisas distintas e não são comparáveis, não existindo na nossa região qualquer complexo ambiental ou aterro deste tipo de resíduos.-----

-----Abordou a questão da Resioeste que sempre funcionou mal, sempre cobrou a taxa mais elevada do país aos municípios e sempre deu prejuízo para explicar que a Valorsul cobra metade dessa taxa, não existem reclamações e tem milhões de euros em lucro, porque aproveitam os resíduos. Na

Valorsul, todos os resíduos são queimados e ao serem queimados produzem energia que é vendida, é uma receita logo tem lucro, que é um facto importante para uma tomada de decisão.-----

-----Por último dirigiu-se aos moradores do Vale da Azenha para frisar que como eles também está preocupado porque vai haver uma altura que vai ter que tomar uma decisão, que quer tomar de forma muito consciente, porque sempre andou na rua a pé, cara limpa e lavada e quer continuar a andar. Nasceu em Torres Vedras e se tudo correr normalmente há-de morrer aqui.-----

-----Continuou assegurando que neste processo todas as ajudas são boas, desde que sejam de boa fé, para aconselhar, e por isso, podem ajudar com os dados que sabem. -----

-----Têm que estar alerta para uma tomada de decisão, mas não quer discutir este assunto eleitoralmente e politicamente como alguns querem fazer. Não há razão para não poderem discutir esta matéria de forma técnica e procurando aquela que será a melhor solução para Torres Vedras e torrienses.-----

-----Concluiu anuindo que a preocupação dos moradores, sendo diferente, é a dele e em tudo aquilo que puderem ajudar o Executivo na tomada de decisão, será muito bem vindo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Entrou-se no Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2010, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4746 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter os documentos em título elencados no anexo I da Resolução n.º 4/2001, de 12/07, do Tribunal de Contas, os quais se encontram integralmente elaborados e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que nos documentos em apreço se demarca o facto da Câmara Municipal ter tido uma diminuição da receita na ordem dos € 8.500.000,00.-----

-----Acrescentou que se trata de um facto transversal a todo o relatório que tem que ser devidamente pensado tanto no presente como para o futuro.-----

-----Frisou que é a realidade de todo país e que se deve a terem uma Lei das Finanças Locais alicerçada na construção civil, que está em queda, o que se ressentiu nas receitas de urbanismo que diminuíram assim como o IMT.-----

-----Mencionou que apresentam um deficit de €5.000000, que é inferior ao do ano transacto que foi de €5.400.000,00 pelo que, mesmo com menos receitaconseguiram diminuir o deficit.-----

-----Destacou que tiveram este resultado porque conseguiram diminuir as despesas correntes em cerca de €4.700.000,00 onde se incluiu as transferências para as Juntas de Freguesia. No entanto

apesar deste decréscimo, estas transferências representam a terceira maior verba transferida para as Juntas de Freguesia alguma vez feita pelo município.-----

----Salientou ainda que não lhe agrada o resultado de 2010, mas face à conjuntura descrita é um bom resultado. Também têm que se ter em conta €3.000.000,00 em amortizações que se reflectem nas contas.-----

----Referiu o aumento registado na despesa com o pessoal em cerca de 7,4% que se deve à prestação mensal obrigatória à ADSE, do qual à data ainda não têm contas.-----

----Como sinal positivo assinalou que as receitas correntes continuam a financiar as despesa de capital em quase €3.000.000,00 assim, como o aumento do activo da Câmara Municipal de um ano para o outro em €15.700.000,00 tradução de um grande ciclo de investimento que estão a atravessar e que continuará em 2011.-----

----No que se refere ao PPI assinalou uma boa execução física de 73%, com uma má execução financeira de cerca de 45% que se deve às questões do QREN, que continuam pendentes para a reavaliação, no sentido de aumento de comparticipação.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por comentar que dizer que o resultado das contas de 2010 é um bom resultado é no mínimo ousado.-----

----Comentou ainda que a determinada altura o Sr. Presidente parecia que ia dizer mal das Lei das Finanças Locais, quando foi sempre um defensor desta lei.-----

----Reafirmou que se trata de um resultado sofrível, pois juntando os €5.000.000,00 aos €5.400.000,00 do ano passado é mau, aumentar desde 2009 de €18.000.000,00 para de €36.000.000,00 a dívida acumulada também é mau.-----

----Considerou também mau diminuírem as transferências para as Juntas de Freguesia, pois todos sabem as dificuldades que as mesmas atravessam.-----

----Anotou que o Sr. Presidente se esqueceu de referir que as contas ainda poderiam ter sido piores, se tivessem executado a aquisição de inertes e se as transferências para as juntas tivessem sido de igual valor ao exercício anterior, pelo que houve um arrepiar de investimento.-----

----Lembrou que o edil, no seu discurso do Feriado Municipal de 2010 só aludiu a duas medidas para poupar, tendo sido uma delas as horas extraordinárias, outra o Boletim Municipal, mas se calhar esta publicação apesar de ter passado a bienal, não tem muita diferença no custo que é provavelmente exagerado.-----

----De seguida aludiu à “troika”, alertando que os €9.500.000,00 de capacidade de endividamento que se diz que a Câmara tem, é uma realidade que não se vai concretizar.-----

----Assim, entende que o Sr. Presidente da Câmara tem que pensar em diminuir, não nos trabalhadores, que fazem o seu melhor, mas nos tais custos secundários da despesa corrente primária.-----

-----Considera que esta devia ter sido a apresentação do Sr. Presidente e é esta a razão pelo qual o Partido Social Democrata não pode votar favoravelmente a Prestação de Contas de 2010.-----

-----Concluindo reafirmando o seu pasmo por o Presidente ter dito que é um bom resultado, afirmação que devia recuar na sua próxima intervenção.-----

-----Teve de seguida a palavra do líder da Bancada da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires**, para salientar que a Câmara Municipal atravessa uma situação difícil, tal como todos os municípios portugueses, até porque as transferências do orçamento de Estado para as autarquias tem vindo a ser diminuída há uns anos para cá.-----

-----Disse ser neste contexto, de dificuldades que as autarquias atravessam, que se questiona como é que irão enfrentar o futuro, que será mais grave do que o presente.-----

-----Disse ainda suspeitar que tenha pesado para as dificuldades que a Câmara atravessa, um certo excesso a que se votaram na última campanha eleitoral autárquica.-----

-----Anotou que, face à tendência que a Câmara tem em seguir aquilo que o governo vai ditando, também o encerramento de escolas e o investimento em novos estabelecimentos escolares pesou nas actuais dificuldades.-----

-----Por fim alertou para a questão das dívidas a fornecedores e solicitou que a Câmara não descure o apoio às Associações de Socorros do concelho que são de uma importância crucial para as populações e merecem o apoio de todos.-----

-----O Líder da bancada Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** começou por dizer que, independentemente das contas apresentadas, ninguém esperaria que a oposição se identificasse com os documentos apresentados. É da dialéctica democrata que as oposições se demarquem e aí está a muita riqueza da democracia, mas ainda não conseguiram que apresentassem, de forma objectiva, alternativas.-----

-----Declarou que as receitas diminuiram €8.500.00000 mas não obstante este decréscimo que é significativo, o resultado apresentado é menos gravoso do que o de 2009, porque houve redução na despesa.-----

-----Assim, salientou os €4.700.000,00 de redução de despesa corrente, para o qual reconheceu o mérito da gestão do Executivo em 2010.-----

-----Reafirmou que a não ser que alguém apresente alternativas não vê que outro caminho podia ter sido percorrido e crê que o caminho a seguir é encontrar eficiência e racionalidade que não são apanágio da administração pública.-----

-----Por conseguinte se quiserem encontrarão formas de acrescida eficiência e racionalidade quanto à eliminação dos desperdícios, pois sabem que não os esperam tempos fáceis.-----

-----Entende que não vale a pena prosseguirem na linha de discurso que devem reclamar porque afinal a Lei das Finanças Locais não é aquilo que esperariam que fosse e o governo tem que reparar

essa injustiças e rever o modelo de financiamento para as autarquias, que já teve a sua época.-----

----Frisou que importa agora mudar de paradigma na gestão das administrações públicas e ninguém advoga rupturas na prestação da multiplicidade de serviços a que a população se habituou, mas introduzir factores de acrescida racionalidade e o colega Luís Carlos Lopes não pode vir dizer coitados dos trabalhadores pois a sua vivência autárquica lhe permite dizer que há trabalhadores com desempenhos pouco honrosos.-----

----Reafirmou que há que prosseguir nesta linha que o Executivo já percorreu em 2010 e fazia votos que o faça no ano de 2011 e seguintes e assim resolverão o essencial das dificuldades e preocupações.-----

----O *Sr. Guilherme Ferreira* questionou em que consiste as correcções do saldo inicial às existências no valor de €6.400.000,00 e de €2.700.000,00 de regularização do imobilizado uma vez que se trata de um valor significativo pois quando se diz que o activo cresce €5.000.000,00 uma parte significativa são estas correcções.-----

----Questionou também em que consiste o valor de €18.100.000,00 de proveitos diferidos e se estas verbas já foram recebidas.-----

----Quanto à análise das contas concorda que a situação não é fácil, até porque o resultado de €5.000.000,00 é repetido, ou seja são dois anos com resultado bastante negativo que os obriga, tal como o Sr. Presidente disse, a pensar no futuro.-----

----Fazendo uma comparação com 2007, assinalou que as dívidas a terceiros passaram de €13.000.000 para €39.000.000,00 ou seja triplicaram quando €40.000.000,00 é praticamente o valor das receitas da autarquia.-----

----Referiu que o capital próprio, se não fossem as regularizações tinha diminuído em cerca de €5.000.000,00 as disponibilidades também diminuíram €1.100.000,00 o que significa constrangimentos de tesouraria. Se olharem para a demonstração de resultados, é verdade que houve uma diminuição de despesa, mas o termo de comparação é mau, pois em 2009 bateu-se o recorde de despesas correntes.-----

----Fez notar também que os gastos de 2010 foram superiores aos anos de 2007 e 2008 ou seja a poupança é muito relativa e considerando que em todos os anos houve redução de receita a situação é muito delicada. Os fluxos de receita decresceram €8.500.000,00 o que transmite bastante preocupação a quem tem que gerir a Câmara.-----

----Nesta sequência questionou que opções o Sr. Presidente tem pensadas para o futuro porque o orçamento de 2011 em termos de receita não vai ser cumprido e quer saber como é que esta diminuição vai ser compensada em termos de gastos.-----

----Por fim lembrou que o endividamento já vai em €40.000.000,00 e se uma grande parte desta dívida é bancária, também se refere aos fornecedores, que inclui grandes empresas mas também a

pequenas empresas do concelho, cuja economia já não anda bem e devem ser as entidades públicas a dar o exemplo de cumprimento.-----

-----Teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que começou por explicar ao membro Luís Carlos Lopes que o seu ênfase não foi na boa execução de €5.000.000,00 de deficit que apresentam, mas foi de alertar que precisaram de trabalhar muito e de ter muita contenção para, com menos de 20% de receita apresentarem um deficit inferior ao do ano transacto.-----

-----Quanto à sugestão do membro que aos €5.400.000,00 de 2009 se somavam os €5.000.000,00 de 2010, disse não ser verdade, uma vez que o prejuízo de 2009 transitou e em 2010 recuperaram 0,4 da situação de deficit.-----

-----Enfatizou que assim estão no bom caminho, que foi percorrido à conta de alguns cortes, pelo que houve algumas coisas que gostavam de ter feito e não fizeram.-----

-----Observou que têm que ir à procura de uma maior eficácia e uma maior contenção.-----

-----No tocante à referencia feita ao novo Boletim Municipal esclareceu que sendo verdade que é metade na sua periodicidade, o seu custo também foi reduzido para metade, muito embora ache que a publicação está mais actual e mais atraente.-----

-----Relativamente a não terem mais endividamento no futuro, adiantou que em função da Lei das Finanças Locais ainda têm capacidade de endividamento, contudo o futuro é incerto. No entanto ainda no presente mês a Câmara viu aprovado um empréstimo excepcional para executar o Programa Pólis, tendo tido conhecimento que foi a única do país a ser contemplada.-----

-----Pegando nas palavras do membro José Augusto de Carvalho, concorda de facto de se mudar de paradigma, que tem ser de duas formas: mudar o dia a dia e mudar a Lei das Finanças Locais.-----

-----Confirmou que o encerramento/construção de novas escolas pesa e pesará em endividamentos futuros, mas é uma política assumida pelo governo e pelas Câmaras Municipais que se está a fazer um melhor serviço à população.-----

-----Falando dos Centros Educativos, salientou que as populações estão melhor servidas e certamente que os alunos, famílias, educadores e presidentes de junta se sentem mais felizes com as condições que agora têm.-----

-----Frisou que é uma prioridade que definiram, tendo apenas dúvidas quanto ao ritmo a que conseguem satisfazer os novos centros. Desde 2007 já puseram ao serviço da população 13 novas escolas, já fizeram o caminho mais fácil, falta o resto.-----

-----Quanto ao pagamento a fornecedores para as refeições escolares esclareceu que ainda não estão a ser pagos, sendo as juntas o garante da situação. Deve-se a uma má tesouraria que têm devido ao deficit, mas também a uma má parceria com o Ministério da Educação que deve à data €1.000.000.--

-----No que toca às associações de socorros lembrou que foi de sua lavra o surgimento de subsídios periódicos anuais através de contratos programa, algo que se orgulham, mas que não vão ter a

possibilidade de manter e a situação terá que ser repensada.-----

----Reafirmou que têm que mudar o paradigma das prioridades e dispêndios, o que estão a procurar fazer em todos os sectores e o que referiu no Feriado Municipal foram exemplos que estão a ser cumpridos.-----

----Reforçou que têm vindo a reduzir em todos os sectores e não há hipótese senão fazer reduções, mas também vão ter que alterar a Lei das Finanças Locais, que não é má e lhes permitiu fazer o que antes não se conseguira fazer em Torres Vedras.-----

----Por fim lembrou que em 2007 apresentaram à Assembleia Municipal contas com 100% de capacidade de endividamento e superavit, mas mesmo assim o PSD votou contra.-----

----De seguida deu a palavra ao **Sr. Vereador Sérgio Galvão** para alguns esclarecimentos adicionais e que sobre a questão do membro Guilherme Ferreira referente aos proveitos diferidos esclareceu que são verbas que a autarquia já recebeu, tal como a concessão que foi feita à Águas do Oeste que vem sendo amortizado ao longo do tempo .-----

----Confirmou que em 2010 não houve regularizações do amortizado e daí os capitais próprios registarem um valor superior.-----

----Também explicou que não houve correcções dos saldos iniciais, nem de existências. Houve uma decisão política de, neste ano, não adquirir materiais do que resultou um decréscimo de €2.700.000,00 no custo das mercadorias.-----

----Como última nota informou que os pagamentos dos fornecedores das refeições escolares estão atrasados mas a ser pagos.-----

----Interveio de seguida o membro **Cláudia Ferreira** reconhecendo que os €5.000.000,00 de prejuízo, não deve deixar ninguém de sorriso no rosto, mas também têm que pensar que os cortes que foram feitos e os que serão feitos no futuro não podem ser cortes cegos, têm que ser bem pensados.-----

----Reportou-se ao temporal do fim do ano de 2009, como factor importante e que volvidos cerca de 4 meses conseguiram ultrapassar os problemas e hoje os torrienses podem olhar o seu concelho sem quase nenhuns resquícios do que aconteceu.-----

----Entende que há áreas de investimento que são caras e que devem ser bem pensadas e no que toca à educação se aferissem junto da população se estavam dispostas a que os cortes fossem feitos nos centros educativos, tem a certeza que ninguém acha que foi um mau investimento.-----

----Tendo noção da responsabilidade seriedade que é ter um deficit, não consegue deixar de pensar que há obra feita e que para tal é necessário correr riscos e têm que ser pensadas as consequências dos investimentos.-----

----Aproveitou para referir que quando no 25 de Abril, foram visitar o Centro Educativo de Runa, acha que só por má vontade é que alguém pode dizer que não é um bom investimento, que vai

servir, quer as famílias mais pobres quer as com mais rendimentos.-----

----Lembrou igualmente que no ano de 2010 foram servidas nas escolas do concelho cerca de meio milhão de refeições, que certamente nem os Presidente de Junta, nem o Executivo não se arrependem de ter feito e foi um investimento num excelente serviço que prestou à sociedade.-----

----Para além dos investimentos já referenciados deu nota dos apoios feitos às IPSS, na área da saúde e em actividades que envolvem crianças jovens e idosos, que considera que são sempre um bom investimento e nunca devem ser repensadas.-----

----Fez também uma referência ao investimento do município torriense no ambiente, energia e na eficiência energética porque também é uma forma de poupança.-----

----Observou que podem haver dúvidas ou questões quanto a determinado investimento, mas não pode ser esquecido o que já foi feito, o que está a ser feito e relativamente ao ambiente. Torres Vedras tem um longo passado, um excelente presente e há-de ter um belo futuro, sobre o qual não pode ser feita “tábua rasa”, como já foi tentado fazer em algumas intervenções.-----

----Salientou que Torres Vedras já recebeu muitos prémios nos últimos anos a nível do ambiente e isto só acontece porque foi feito investimento nesta área.-----

----Assim, entende que devem olhar para os números de forma responsável e séria e não podem esquecer o impacto que os mesmos têm junto da população, a quem o Órgão Executivo dedica todos os seus dias e que têm que lidar com a situação dos €5.000.000,00 mas também têm que lidar com o bem estar e com a qualidade de vida dos torrienses.-----

----Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes**, que reportando-se à intervenção do colega José Augusto de Carvalho quanto à Lei das Finanças Locais, indicou que o registo colocado não foi o mesmo que o edil utilizou.-----

----Especificou que apenas quis fazer um ênfase desta lei, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara sempre foi um seu defensor.-----

----Respondeu também que as oposições nem sempre votam contra, tendo ele, enquanto membro do Executivo votado favoravelmente outros orçamentos. -----

----Fez notar que não é em sede de Prestação de Contas que o Partido Social Democrata irá apresentar medidas, que devem ser feitas em sede de Orçamento e PPI.-----

----Esclareceu que o colega percebeu erradamente o que ele quis dizer em relação aos trabalhadores, pois apenas quis dar nota que o Partido Social Democrata não é favorável à diminuição de recursos humanos na Câmara Municipal.-----Respondendo à colega Cláudia Ferreira lembrou que em campanha eleitoral em 2001 também percorreu muitos centros educativos e o PSD sempre defendeu a manutenção dos mesmos e multiplicidade de fontes de financiamento, tais como parcerias público – privadas, QREN e endividamento.-----

-----Nesta sequência assinalou

que o primeiro Centro Educativo do Concelho na Carvoeira foi construído através de parcerias público privadas.-----Anotou que há despesas correntes que depois se transformam em investimento de capital, pelo que, se calhar, nem toda a diminuição de despesa, que tanto foi enfatizada, foi boa.-----Reportando-se à questão de terem votado contra em 2007, explicou que provavelmente se deveu ao facto de se tratar de um Plano de Actividades pouco ambicioso, com uma execução jeitosa, mas sem investimentos valorosos.-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** reforçou a nota introdutória do Sr. Presidente na questão dos cortes e da contenção, preocupações que partilha e que devem ser de todos.-----Deu nota que a Junta de Freguesia que preside já está a fazer um grande esforço para cumprir com as obrigações, recorrendo a empréstimos e pagando juros de algo que não é da sua responsabilidade.-----Lembrou que, tal como já disse na Ponte do Rol, nas comemorações do 25 de Abril de 2010, a democracia citada pelo membro José Augusto de Carvalho, existe, mas é muito imatura e tem que crescer, porque a igualdade ainda não é para todos.-----Lembrou que há uns anos atrás mencionou que o concelho de Torres Vedras era certamente um dos concelhos com mais actividades e dinâmica cultural, que por um lado o alegrava, mas por outro o preocupava porque lhe parecia excessivo, e a situação actual veio dar-lhe razão.-----Por último, manifestou a sua total disponibilidade e empenho para que, em conjunto com a Câmara Municipal e as outras Juntas de Freguesia cortem em algumas despesas.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** voltando à Lei das Finanças Locais, declarou que há uma questão que terá que ser reequacionada e que não é culpa deste normativo, ou de qualquer outro, referindo-se concretamente às competências que têm sido transferidas para as autarquias sem serem acompanhadas dos correspondentes envelopes financeiros.-----Aludindo às palavras da colega Cláudia Ferreira quanto aos números do deficit e das dívidas disse que também devem reconhecer que o ano de 2010 foi caracterizado por uma obra marcante no contexto torriense, que foi o Mercado Municipal e que tem muita expressão.-----Usou de novo a palavra o **Sr. Guilherme Ferreira** para esclarecer que na sua intervenção anterior referiu-se ao inventário de património e não de existências, pois não lhe parece normal descobrir-se agora património no valor de €6.000.000,00 valor que tem efeito concreto quando o edil diz que o activo cresce €15.000.000,00 que não é investimento, é correcções.-----Observou que esta realidade é muito suportada em empréstimos que não são só para financiamento e, as dívidas a terceiros aumentaram cerca de €10.000.000,00 sendo uma parte para financiar o prejuízo, quando se podia investir noutras coisas.-----

-----Por último voltou a indagar quais as alternativas pensadas para fazer face à previsível quebra de receita que vai acontecer até ao fim do ano de 2011.-----

-----Concluídas todas as intervenções, teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar mais alguns esclarecimentos.-----

-----Começou por endereçar a questão da escola da Carvoeira, esclarecendo que não foi construída à custa de uma parceria público privada. Resultou do pagamento em falta por parte de um empreiteiro de um loteamento que em vez de compensar a Câmara Municipal em dinheiro, fê-lo construindo obra.-----

-----Lembrou o autarca da Ponte do Rol que os compromissos bancários resultantes dos empréstimos que as juntas contrataram, são pagos pela Câmara Municipal, pois de outras forma não tinham meios para o fazer.-----

-----Reportando-se às palavras do membro Cláudia Ferreira, referiu que de facto o mais fácil era fazer cortes cegos, o difícil é não fazer cortes radicais, mas sim transversais no sentido da procura, por um lado de uma medida justa á realidade e por outro lado a procura de eventuais “gorduras” que existem na despesa.-----

-----Prosseguiu, frisando que do lado da receita têm que lutar por um novo modelo da Lei das Finanças Locais por forma a que não esteja tão dependente dos processos de obras, das escrituras e das sisas, e por outro lado terão que rever a tabela de taxas do município para cobrar em pequenas coisas para compensar o menos que arrecadam nas coisas grandes.-----

-----Consequentemente lembrou que a Câmara Municipal não cobra quase nada por uma vivenda, assim como nada pagam os registos dos abrigos.-----

-----Por último esclareceu o membro Nozes Pires que a Câmara fez acordos de pagamentos com a banca, pelo que têm uma parte substancial dos fornecedores a receber a tempo e horas.-----

-----Terminadas todas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, com 41 votos a favor 7 votos contra e 4 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2010, do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DO ANO DE 2010, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4746 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter os documentos finais e obrigatórios de acordo com o Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro,

que se encontram devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* salientou nestes documentos, um cenário distinto daquele que acabaram de discutir, sendo certo que são entidades que trabalham em parceria e até em dependência administrativa e económica.-----

----Também salientou o resultado positivo de €269000,00 que os SMAS apresentam, mas para além disso, uma redução na despesa de pessoal em cerca de 3,7%, tudo conseguido com um maior apoio social naquilo que são as tarifas, nos ramais e no cálculo do saneamento.-----

----Deu nota que já conseguem cobrir 92% do concelho com saneamento, 75% com rede separativa e o tratamento de esgoto cobre 69%, prevendo-se que após as obras que estão em curso, este tratamento corresponda a 86% de todo o saneamento do concelho.-----

----O *Sr. Diogo Guia* começou por dizer que o Partido Social Democrata, tem mantido não uma posição política mas constatação de que existe um funcionamento mais saudável na gestão dos SMAS do que na Câmara Municipal.-----

----Salientou que este equilíbrio tem como principais valores a eficácia e a eficiência e a resposta na perspectiva da prestação de utilidade dos serviços, com o qual concordam, mas têm fundadas dúvidas sobre se a linha política de orientação dos SMAS está adequada aos tempos que vivem.-----

----Assim, lembrou que desde o primeiro dia deste mandato que desafiaram os SMAS a apresentar políticas para além da taxa social que fossem dirigidas à actual situação, que anteciparam que se ia agravar.-----

----Disse ainda que lhe continua a fazer confusão, que os valores que constam do Relatório de Actividades na página 11, são todos apenas dirigidos exclusivamente à eficácia e à eficiência.-----

----Continuou indicando que também na nova orgânica destes serviços não vislumbram soluções ou propostas que apontem as linhas de orientação para o qual tem procurado sensibilizar a Câmara Municipal, ou seja figuras como um provedor para situações mais dramáticas e uma resposta a nível do atendimento.-----

----Fez notar que é verdade que os SMAS baixaram o seu lucro e houve uma acentuada diminuição do consumo de água, mas continuam a ter um saldo positivo -----

----Anotou que há um dado que atravessa todo o relatório, que é o facto de os utilizadores serem essencialmente consumidores domésticos, pelo que não entende como ainda não se vislumbra preocupações sociais nos valores, até porque os SMAS não são por natureza e definição um organismo que deve dar lucro.-----

----Acrescentou que os SMAS devem ter uma balança equilibrada, mas sempre que houve necessidade de dar uma resposta urgente, a situações de dificuldade económica pelo que seus valores e os seus objectivos devem ser esses.-----

-----Questionou a razão das perdas aumentarem, uma vez que as vendas do consumo de água diminuíram e porque não há dados da perda imputada às Águas do Oeste-----

-----Relativamente à análise da água dos Poços e Minas na página 34, verificou que, duas apresentam mau resultado, que são números preocupantes e atendendo a legislação em vigor sobre a possibilidade de fazer furos e recolha de água em terrenos privados, inquirindo que medidas é que tencionam tomar para futuro.-----

-----Por fim inquiriu qual a razão para o aumento tão acentuado do tratamento de água em Santa Cruz.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Jorge Ferreira** que em nome do Partido Socialista fez mais uma análise positiva dos resultados assim como das boas praticas de gestão que lhe estão subjacentes.-----

-----Congratulam-se com estes resultados, fazendo votos de que os mesmos se possam manter e até aprofundar em anos vindouros, pois num momento de fortes restrições a nível nacional, e de especial vigilância à gestão pública, é bom verificar que Torres Vedras, numa gestão socialista é um exemplo de boas práticas, que enaltecem.-----

-----Salientou o resultado positivo de €270.000,00 deste exercício, assinalando as taxas de execução que revelam uma gestão rigorosa e eficaz, em linha com o que se tem verificado em exercícios anteriores.-----

-----Registou uma diminuição nas despesas de pessoal, conseguida sobretudo em virtude da maior racionalidade no aproveitamento dos recursos disponíveis, com a redução em 28% de trabalho extraordinário.-----

-----Analisando os rácios importantes, verificou que o rácio entre as despesas com o pessoal, e receita corrente é menos de 50% do limite de referencia legal, o que revela um esforço assinalável de contenção sem que os serviços deixem de fazer obra e prestar cada vez mais e melhores serviços, ano após ano à população.-----

-----Observou ainda que se olharem para o rácio entre a despesa e a receita corrente em geral, verificam que não só o mesmo é equilibrado, como esse equilíbrio tem vindo a consolidar –se de forma consistente ao longo dos últimos anos.-----

-----Verificou reduções substanciais em despesas com electricidade, material de escritório e com transportes de mercadorias ou de pessoal, que tem reflexos positivos nas contas do exercício de 2010.-----

-----Salientou que os resultados apresentados ocorrem num contexto em que múltiplas obras de saneamento têm actualmente lugar no concelho colocando-os bastante acima dos padrões nacionais e europeus, neste âmbito e contribuindo assim significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população torriense.-----

-----Quanto à acusação do colega Diogo Guia, de insensibilidade social, lembrou que os SMAS

destacam-se pelo inverso referindo a tarifa social, que resulta da agregação de diversas outras tarifas, a baixa substancial para as pequena actividades de comércio e serviços a nível da tarifação, as tarifas especiais para famílias numerosas ou a possibilidade de pagamento faseados para famílias e entidades em especiais dificuldades económicas e financeiras, que esclarece quanto ao papel dos SMAS no que toca à resposta a estas dificuldades sociais que o nosso país e o nosso concelho atravessam.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** abordando também a questão das preocupações sociais, lembrou que no mandato anterior, encetaram esta política de apoio às famílias mais carenciadas e aos idosos e no ano em curso tomaram por boas as recomendações da EASAR, nomeadamente na redução ano após ano do preço dos ramais, na tributação de só 90% do saneamento assim como na redução da tarifa fixa.-----

----Sustentou que sabiam que ia pesar no orçamento, mas também ia beneficiar as pessoas, registando que são o único município do Oeste que seguiu estas recomendações. Como estava em causa o benefício das pessoas, não se arrepende e acha que devem alicerçar e alargar na medida do possível, mas não se esquece do ponto anterior em que tiveram um défice de €5.000.000.-----

----Sobre a questão do aumento das perdas, embora seja um número muito bom, regista aumento de aproximadamente 4%, que se deve ao facto de a partir de Setembro de 2009 os medidores de caudais terem sido instalados e deixou de haver desconto automático de 5% à Águas do Oeste. -----

----De seguida deu a palavra ao **Sr. Administrador Sérgio Simões**, que complementou a questão das perdas, informando que também vai contribuindo a deterioração natural das condutas e está previsto um investimento faseado para a renovação de toda a rede.-----

----No que concerne a Santa Cruz, presume que se refere ao facto de ter havido um aumento acentuado na recolha de águas residuais, que se deve ao excesso de pluviosidade que houve no primeiro trimestre do ano de 2010.-----

----Quanto às medidas sobre os poços e minas esclareceu que a Câmara Municipal aprovou uma alteração ao tarifário precisamente para calcular o consumo de água das pessoas que têm fontes, poços e furos e que entram no sistema de saneamento.-----

----No tocante à alusão aos valores esclareceu que a componente social dos SMAS não está nos valores, está na missão. É uma opção, um conceito e uma interpretação e essa está explícita no relatório.-----

----Ainda sobre este assunto fez notar que se as pessoas hoje recorrem aos SMAS em situações de dificuldade e dramáticas têm sempre a respectiva resposta, e não é por acaso e ao contrário daquilo que se poderia pensar, no ano de 2010 as dívidas de terceiros diminuíram relativamente a 2009, que se deveu fundamentalmente a um reajustamento das tarifas às famílias mais carenciadas, e também ao aumento em quase o dobro, do pagamento das chamadas *suaves prestações*.-----

-----Por último referenciou os 1300 inquéritos que foram feitos às pessoas, cuja grande parte vem para apresentar situações desse tipo, onde o grau de satisfação é extremamente elevado, o que significa que os SMAS dão resposta às necessidades e é isso que tentam fazer como regra.-----

-----O *Sr. Diogo Guia* pediu novamente palavra para reforçar que sabe que a responsabilidade social está presente na actual cultura da gestão dos SMAS, mas uma coisa é a responsabilidade social, outra coisa é ser adequada ao seu tempo, sendo aí que acha que deve haver um ênfase.-----

-----Não se registando mais intervenções passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, com 42 votos a favor e 1 abstenção os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2010, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CONJUNTO TURÍSTICO DO CASAL DO CHAFARIZ - FREGUESIA DE S. PEDRO E SANTIAGO, PARA CUMPRIMENTO DO N.º 1 DO ART.º 79 DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, NA REDACÇÃO DADA PELO DL N.º 46/2009, DE 20.02;-----

-----Presente ofício número 4749, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Abril, a remeter a versão final do plano em epígrafe, para aprovação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dar nota que os dois planos de pormenor em agenda, enquadram-se no regime transitório previsto pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), ou seja estão isentos de adaptação às suas normas e orientações caso cumpra o calendário de elaboração e aprovação que tem como limite o dia 30.04.2011.-----

-----Deu nota também da realização de uma sessão de esclarecimento com a colaboração dos técnicos da DOT e do Vereador do Urbanismo, onde foram aprofundadas as questões mais técnicas.-----

-----Quanto ao Conjunto Turístico do Casal do Chafariz, informou que se trata de uma pequena área, a nascente da Escola Internacional e obedece à elaboração de um plano de pormenor em cumprimento do PDMTV.-----

-----Na senda da introdução do Sr. Presidente da Câmara o *Sr. Vale Paulos* referiu que o plano em discussão desenvolve-se em solo rural, no espaço entre a Escola Internacional de Torres Vedras e as portagens da A8 de Ameal/Ramalhal, em terrenos de um só proprietário.-----

-----Referiu ainda que no empreendimento estão previstas 3 categorias de espaços, Espaço de Ocupação Turística, designado Conjunto Turístico, Espaço de Equipamento; Espaço agro-floresta.---

-----Prosseguiu dando nota que na área do Conjunto Turístico estão previstas 12 parcelas para construção de estabelecimentos hoteleiros (aparthotéis e hotel), aldeamentos turísticos e respectivas áreas de apoio, um centro hípico, uma área destinada à implantação da recepção/gestão do

empreendimento, parcelas destinadas a espaços verdes e a infra-estruturas que incluem uma ciclovia.

----Fez também um breve resumo das características que o conjunto turístico apresenta.-----

----Precisou que em Dezembro de 2010 a proposta do plano revista e viabilizada por todas as entidades consultadas, foi aprovada pelo executivo camarário, seguindo-se a fase da discussão pública num período de 22 dias.-----

----Aproveitou para salientar o excelente trabalho demonstrado pelos técnicos da Câmara Municipal envolvidos, em tempo recorde para este tipo de instrumento territorial.-----

----Concluiu que se trata de um empreendimento de interesse municipal, tendo merecida a aprovação unânime do executivo, sendo o entendimento da bancada socialista que a Assembleia Municipal não tenha dúvidas em viabilizar o PP em apreço.-----

----Por último e sabendo que o Instituto das Infra-estruturas Rodoviárias (INIR) e as Estradas de Portugal (EP), inviabilizaram o novo acesso proposto da ligação à estrada nacional a norte do empreendimento, fundamentando o espaço canal existente com vista à construção do troço do IC11 T.Vedras-Peniche, recomendou ao executivo para introduzir no relatório final do Plano a abertura do processo das acessibilidades em parceria com os promotores do Plano quando terminasse o regime do espaço canal e estivesse construída o IC11, apresentando uma proposta de acesso mais credível a Norte ou a Poente do empreendimento e à Escola, permitindo a melhoria viária de acesso, quer ao empreendimento, quer à Escola Internacional de Torres Vedras.-----

----Depois desta intervenção e tendo também em conta o que lhes foi transmitido pelos técnicos da DOT, na sessão de esclarecimento referida, o Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata *Sr. Luís Carlos Lopes* indicou que a sua bancada nada tem a opor.-----

----Terminadas as intervenções passou-se à votação:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor do Conjunto Turístico do Casal do Chafariz - Freguesia de S. Pedro e Santiago.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE APTIDÃO TURÍSTICA DA MACEIRA E ÁREA ENVOLVENTE PARA CUMPRIMENTO DO N.º 1 DO ART.º 79 DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, NA REDACÇÃO DADA PELO DL N.º 46/2009, DE 20.02;-----

----Presente ofício número 4748 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Abril a remeter a versão final do plano em título, para aprovação.-----

----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que tinha sido entregue na mesa uma recomendação que leu e que a seguir se transcreve:-----

----“ A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que seja:-----

----1 – Salvaguardado o acesso livre das populações à praia a norte do Hotel Golf-Mar, mesmo que

isso implique o atravessamento de caminhos privados e que no futuro, caso haja vontade da Câmara Municipal de Torres Vedras e disponibilidade por parte da Administração Central, possam ser considerados circuitos pedonais e ecovias para bicicletas (sem acessos automóveis) na parte superior da arriba.-----

-----2 – Considerada uma ciclovia dedicada entre Porto Novo e a Fonte dos Frades com características a aprovar pela Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Grupo Municipal do Partido Social Democrata.-----

-----Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011.”-----

-----De seguida deu a palavra ao **Presidente da Câmara**, que salientou que em termos técnicos administrativos trata-se de um trabalho idêntico ao plano anterior mas, distinto no que se refere ao número de interessados, o que requereu um trabalho muito mais apurado e também teve uma discussão pública mais participada. Os técnicos da DOT promoveram diversas discussões públicas na Junta de Freguesia, para as quais convidaram a população.-----

-----Deu nota ainda que foram recepcionadas 17 reclamações, que foram devidamente apreciadas pela Câmara e respondidas quanto a alguns equívocos relacionados com a compra e venda de imóveis e o valor base da perequação, a questões quanto à continuidade do uso agrícola dos terrenos e preocupações quanto aos acessos.-----

-----Quanto à recomendação, concorda com o seu teor, explicando que há situações de POOC e REN que não foram esmiuçados devida à contingência de tempo, mas as servidões são para ser respeitadas até porque as praias são públicas.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, disse que o Partido Social Democrata, após os esclarecimentos dados pelos técnicos na já citada reunião, não tinha nenhuma nota de maior a obstar.-----

-----Usou da palavra o **Sr. Vale Paulos** que começou por lembrar que tal como no anterior, este plano enquadra-se no regime transitório previsto pelo PROT-OVT, já enunciado anteriormente.-----

-----Salientou o excelente trabalho dos técnicos da CMTV envolvidos em todo o processo, também em tempo recorde para este tipo de instrumento territorial.-----

-----Assinalou que o areal ou Praia das Conchas, a norte de Porto Novo, que se estende até à praia do Valmitão, no concelho da Lourinhã, é frequentada por pescadores e por cidadãos para caminhadas, sendo domínio público marítimo e que, não deve ser travado o acesso ou a serventia para que não seja considerado espaço público “encravado”. -----

-----Assinalou ainda que embora saibam que o acesso existe, ao dia de hoje, também sabem que está na faixa de protecção dos 500 metros definida pelo POOC e que os terrenos são todos do mesmo proprietário, com várias servidões e restrições, tais como REN e zona de protecção à erosão das arribas.-----

-----Assim e apesar do areal em causa não ser reconhecido nem classificado como praia, pelo

POOC, solicitou que o Sr. Presidente recomende ao executivo para que seja acautelada, no relatório final do plano, a garantia de um acesso ao dito Areal ou Praia das Conchas, dentro dos condicionalismos vigentes.-----

----O *Sr. Nozes Pires*, em nome da Coligação Democrática Unitária que incluiu os membros da CDU da Freguesia da Maceira, indicou que, não tinha questões técnicas mas iria votar contra pois não confiam que privados que vão fazer o empreendimento, venham a cumprir qualquer recomendação aqui que seja feita.-----

----Fez notar que o conteúdo da recomendação corresponde ao programa da Coligação Democrática Unitária, pois já há uns anos a esta parte, têm vindo a reivindicar ciclovias e caminhos pedonais na Maceira e nada disso foi feito.-----

----Fez notar que o empreendimento é demasiado grande para que não tenha um impacto natural e não mexa profundamente com aquela região e o direito das populações de usufruir aqueles espaços não fica devidamente salvaguardado, nem com a recomendação do Partido Social Democrata.-----

----Considerou que, este empreendimento devia levar o seu tempo, até porque a Câmara devia primeiro fazer uma série de obras, além de que o saneamento nesta freguesia também não é satisfatório para receber o acréscimo de população que o empreendimento irá trazer.-----

----O Presidente de Junta de Freguesia da Maceira, *Sr. Francisco Inácio* especificou que o plano em discussão está dividido em empreendimento Turístico do Vimeiro, o empreendimento junto à Fonte dos Frades e o Aldeamento Turístico da Maceira.-----

----Reforçou que é um plano de grande importância para a freguesia, e sendo um conjunto, entendeu a Junta de Freguesia que não se pode chumbar.-----

----Neste pressuposto, disse que votaria favoravelmente e passou a ler uma exposição que a Junta de Freguesia deliberou remeter à Câmara.-----

----“Agradecer à Câmara Municipal de Torres Vedras e ao senhor Presidente, de ter posto à disposição da Freguesia de Maceira para prestar esclarecimentos, à Junta de Freguesia e à população interessada os técnicos Arquitecto Carlos Figueiredo, Dr. Nuno Patrício e o Vereador da Área do Urbanismo Arquitecto Bruno Ferreira, aos quais também agradecemos.-----

----A Junta de Freguesia reuniu com a equipa em 8 de Fevereiro de 2011, ficando o executivo com conhecimento parcial do plano, sendo determinado que o esclarecimento à população ocorreria na sede da Junta de Freguesia, nas quatro sextas-feiras seguintes 11/2, 18/2, 25/2 e 4/3, a partir das dezasseis horas até haver interessados. Sendo que qualquer esclarecimento poderia ser dado todos os dias úteis na Câmara Municipal de Torres Vedras. Do determinado a Junta de Freguesia publicitou.--

----Alguns proprietários vieram questionar os técnicos e tomar conhecimento do plano, basicamente as questões levantadas foram sobre o Aldeamento Turístico da Maceira (Serra), em que os naturais da freguesia são proprietários de muitas parcelas de terreno.-----

-----Outros não compareceram a qualquer reunião, dado que não equacionam desfazerem-se dos seus terrenos e por isso entenderam que não tinham que se inteirar da situação, pois no foram ouvidos sobre a situação proposta.-----

-----Do que foi falado nas reuniões e no que foi dado a conhecer ao executivo, através de contactos com os proprietários, é que a esmagadora maioria não está interessada em vender os seus terrenos, sendo que parte deles é o único pedaço de terra que possuem.-----

-----A Junta de Freguesia é favorável à aprovação do plano, desde que seja salvaguardado o direito de propriedade dos seus naturais e que a venda de terrenos a acontecer, possa ser negociada livremente pelos proprietários, se interessados, com o promotor sem qualquer pressão de expropriação e que o Aldeamento Turístico da Maceira a ser realizado, possa ser uma mais-valia palpável para os naturais envolvidos, para o promotor, para a Freguesia de Maceira e para o nosso Município. Se o promotor não chegar a acordo com os naturais da freguesia sobre os terrenos destes, o plano deve ser alterado e retirar estas propriedades.-----

-----Se o plano seguir em frente, é necessário salvaguardar os acessos existentes, nomeadamente ao número treze do Bairro da Portela, denominado Casal da Serra, que é servido pela Rua da Serra a partir da Rua da Bela Vista e que no Plano de Aldeamento Turístico da Maceira (Serra) não está defendido.”-----

-----Por fim deu nota que a Câmara Municipal respondeu à exposição da Junta, tendo prestado os esclarecimentos solicitados, salvaguardando os interesses dos naturais da Freguesia, principal razão para aprovação do plano.-----

-----Em relação ao Aldeamento Turístico do Vimeiro, junto ao Golf Mar, alertou que a defesa do acesso à Praia das Conchas terá que ser feita. A empresa vedou mas a Junta de Freguesia exigiu que ficasse a passagem pedonal de acesso à praia, que também acede ao limite da Freguesia e do Concelho. Assim o acesso deve ser encostado à Lourinhã e mantido ou melhorado e alargado, senão terá que ser defendido aquando da execução deste plano de Pormenor.-----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com 41 votos a favor e 3 votos contra o Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e área envolvente.-----

-----De seguida submeteu à votação a recomendação acima transcrita:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria com 42 votos a favor 2 dois votos contra a recomendação à Câmara apresentada pelo Partido Social Democrata sobre o Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e área envolvente.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

-----Dado o adiantado da hora, e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, pelas 1.10 horas o Presidente da Assembleia Municipal, **Sr. Alberto Avelino** suspendeu os trabalhos

indicando que continuariam no dia 2 de Maio em conformidade com a convocatória e edital respectivos.-----

-----AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM 29 DE ABRIL DE 2011.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino tendo sido secretariado pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário) e pelo membro Francisco Cruz Branco da Silva -----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro Neves, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Graça Maria Martinho da Silva, Nuno Alexandra Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Miranda, Sérgio Matias Rodrigues Calado, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Guilherme Manuel Real Alves Ferreira, David Bernardino dos Santos, Paulo Dinis Faustino Valentim e José António de Jesus Gomes Adriano.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

-----Faltam os membros Paulo Jorge Marques Lourenço Marreneca, José Augusto Clemente de Carvalho, António Carlos Nunes Carneiro, Jorge Henrique Horta Ferreira e Ana Paula dos Santos Ventura Faria -----

-----Antes de dar início aos trabalhos o Sr. Presidente da Mesa, preconizando uma maior funcionalidade e economia, solicitou que os grupos municipais considerassem a sugestão de que as sessões, que geralmente são convocadas para as Sextas feiras, se possam antecipar para as 18.00H, por forma a concluírem o agendamento numa sessão.-----

-----De seguida e nos termos do n.º 2 do art.º 22, deu início à reunião.-----

PONTO 5- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO

PARA 2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4746, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter a revisão acima indicada, que se encontra devidamente arquivada e disponível para consulta quando para tal for solicitada.-----

-----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que informou que se trata de aplicação dos saldos de gerência, neste e no ponto seguinte.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2011.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 32 membros.-----

PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2011 – ORÇAMENTO /DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4746, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Abril, a remeter a revisão acima indicada, que se encontra devidamente arquivada e disponível para consulta quando para tal for solicitada.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2011 – Orçamento /Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 33 membros.-----

PONTO 7- AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS À REPARTIÇÃO ENCARGOS PARA APOIAR A INSTALAÇÃO DE CAMPOS RELVADOS, NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DECRETO LEI 197/99, DE 8.06, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4747, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Abril, a informar que deliberou transferir €18.850,00/ trimestre num total de €75.400,00 durante 10 anos para aquisição dos campos relvados para o Grupo Desportivo Ponterrolense e Centro Social, Desportivo e Cultural da Pedra.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a Câmara iniciou este programa em 2005, salientando que já apoiaram a colocação 13 relvados sintéticos no concelho sendo o procedimento administrativo ou financeiro o mesmo.-----

-----Deu nota ainda que o Ponterralense já constava da primeira avaliação, mas o clube não tinha então condições para receber o piso sintético, pois pretendia um novo campo, o que agora já tem. O da Pedra obedece aos critérios de formação contínua para que possam vir a receber campos, e após estes dois sintéticos, terão 15 campos e praticamente todo o território preenchido.-----

-----Por fim deu nota que Matacães tendo formação em consolidação a uns anos a esta parte, se o processo se mantiver e se o clube entretanto der respostas a algumas obras básicas que são necessárias fazer, está convicto que a médio prazo será um campo a relvar.-----

-----Foi dada a palavra ao **Sr. José António Adriano** que questionou sobre os encargos envolvidos com estes campos.-----

-----O **Sr. Nelson Aniceto** salientou que este processo que já abrange 15 campos, envolve um investimento do município no apoio aos clubes no valor de cerca de €5.000.000,00 ressaltando a Câmara Municipal por ter em atenção às necessidades do movimento associativo, pois estas instituições por si próprias não teriam capacidade para construir este tipo de infra-estruturas.-----

-----Reforçou que sendo certo que a possibilidade de ter campos relvados permite cargas de utilização muito mais intensivas é sem dúvida um contributo significativo para a formação dos jovens naquilo que é a prática desportiva.-----

-----A **Sra. Maria Quina** fez notar que os relvados sintéticos levam água, areia e borracha, pelo que questionou se os clubes tem recursos monetários para fazer face aos gastos da água.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por informar que os encargos para os relvados em causa representam €75.400,00/ano durante 10 anos, e envolve esta repartição de encargos, caso contrário era totalmente impossível. -----

-----Lembrou que os campos pelados também são regados e os sintéticos apenas são regados nas alturas de muito calor, para os arrefecer. Alguns dos clubes têm furos outros são clientes dos SMAS mas não têm recebido queixas relativamente a essa questão. No que se refere aos carregamentos de borracha, a autarquia, no ano transacto, adquiriu uma máquina e a borracha é adquirida pela Câmara Municipal e tem um valor residual.-----

-----O **Sr. Diogo Guia** pediu o uso para palavra para indicar que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata iria abster-se sobre este assunto e apresentava uma declaração de voto que leu e que a seguir se transcreve:-----

-----Declaração de voto do Partido Social Democrata.-----

-----“ O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras decide abster-se na votação do ponto 7 da ordem de trabalhos, pelas razões seguintes:-----

----1 — A instalação de Campos Relvados em várias localidades do Concelho de Torres Vedras foi uma decisão política do executivo camarário do Partido Socialista sobre a qual o PSD, desde a primeira hora, manifestou as mais sérias reservas, quer quanto à “engenharia financeira” proposta

(pagamentos plurianuais, metodologia, etc.), quer quanto ao sentido e efeito útil de tal instalação, quer quanto à oportunidade da utilização de recursos públicos, já de si escassos, numa intervenção que, valorizando e facilitando a prática desportiva no Concelho, tem naturalmente um carácter não essencial para essa finalidade.-----

-----2 — Se a questão da oportunidade e pertinência da decisão política se colocou logo no início do processo, mais se coloca hoje, numa altura em que a CMTV se debate com manifestas dificuldades no cumprimento das suas obrigações e compromissos correntes e inadiáveis, causando pois particular perplexidade, por si só, o próprio agendamento desta matéria nesta altura.-----

-----3 — Esta ‘aposta’ é tanto mais difícil de entender se atendermos a que, por exemplo, as piscinas municipais mantêm-se exclusivamente no papel ou nos discursos do Senhor Presidente da Câmara, em períodos eleitorais, como algo que se ambiciona fortemente e que, louve-se o reconhecimento, já devia estar construído há muitos anos.-----

-----4 — O agendamento desta matéria apenas se pode entender no contexto daquela que é a imagem de marca da gestão socialista ao longo dos anos, preferindo as medidas casuísticas e mediáticas, as festas, as decorações, as aquisições ou intervenções supérfluas, em prejuízo das decisões de fundo e estruturantes para o Concelho de Torres Vedras.-----

-----5 — Cumpre, finalmente, distinguir que o PSD se abstém na votação do ponto 7 em apreço justamente porque entende que é inoportuna e deslocada esta discussão, face ao que devem ser as prioridades da Câmara no contexto das enormes dificuldades financeiras e de toda a ordem que atravessam os nossos cidadãos e as nossas instituições, sem que deixe por isso de reconhecer o esforço sério e conseqüente de várias Freguesias do Concelho para reunirem as condições para a instalação de campos relvados conforme decidido pela governação socialista.-----

-----Torres Vedras, 2 de Maio de 2011”.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para responder pois considerou que se tratou de uma intervenção política, já que as declarações de voto surgem depois de se votar. -----

-----Assim, sublinhou que a declaração de voto lida é de quem vota contra e não de quem se abstém, até porque desde os primeiros relvados que os membros do Partido Social Democrata já votaram contra, a favor e já se abstiveram, consoante a localização dos mesmos.-----

-----Com todos os argumentos expostos o PSD só tinha que votar contra e só não o faz por preocupações eleitorais futuras, que se não fosse isso votaria contra.-----

Lembrou que os dois campos que estavam em discussão perfazem encargos financeiro de €75.400,00/ano, que tem o peso que tem num orçamento de €60.000.000,00-----

-----O *Sr. Diogo Guia* manifestou o seu desacordo com as palavras do edil.-----

-----Entende que o Sr. Presidente por falta de hábito, deve ouvir mais vezes as pessoas, pois a sua esmagadora maioria, não lhe dá o direito de as silenciar, nem de fazer extrapolações sobre o

conteúdo e o sentido de voto.-----

----Reforçou que se alguém se absteve ou votou contra, encontrará fundamento para isso, nas actas anteriores, mas não vai poder nunca refutar é que desde a primeira hora o Partido Social Democrata disse pela voz de todos os seus militantes que esta não era a altura oportuna e que relvar campos de futebol não era a prioridade do concelho.-----

----Insistiu que tem reconhecer que este sempre foi o entendimento transversal do partido, mas é normal que encontre opiniões divergentes num ponto ou outro.-----

----Disse ainda que estranha que o edil se insurja procurando sempre classificar as opiniões de terceiros, no caso concreto do Partido Social Democrata, como algo que o agride a ele.-----

----Continuou indicando que as suas ideias e a maneira como ele vê o mundo não são exclusivas, e não queira fazer do Partido Social Democrata algo contra ele ou contra o concelho, pois estão apenas a tomar uma posição, que julgam sensata e coerente com aquilo que tem sido entendimento da bancada ou seja duvidam que adoptariam essa medida.-----

----Por último lembrou que a Junta de Freguesia da Ponte do Rol, que se muito esforçou a determinada altura assumiu que não estava em condições de se candidatar. O PSD não veio fazer campanha, pois quis apenas dizer que não consideram pertinente e adequado o agendamento desta matéria nesta altura.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que estava presente no exercício de funções políticas, e politicamente fica feliz que o PSD, mesmo seis anos depois se continue a abster ou a votar contra.---

----Disse ainda que politicamente tem que dizer e dirá sempre às pessoas da Pedra, às pessoas da Ponte do Rol e às pessoas do concelho de Torres Vedras, que, com o voto do PSD não havia um campo relvado no concelho, o dirá sempre desde que eles mantenham esta posição.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes*, líder da Bancada do Partido Social Democrata, começou por lembrar que da sua parte, ainda na Vereação, muitas vezes houve divergências em relação à questão dos campos relvados, quanto à metodologia e à forma de pagamento.-----

----No tocante ao eleitoralismo, frisou que não é por política, até porque nas freguesias em que o edil primeiro investiu em campos relvados, Freiria e S. Pedro da Cadeira acabou por as perder.-----

----Acham que a Ponte do Rol faz sentido, porque era o 2.º classificado na grelha inicial e como eles tiveram boa fé se calhar é isso que os faz neste momento abster, mas não era o momento para fazer este investimento.-----

----Disse que neste caso, defende a abstenção, e como a Câmara tem €5.000.000 de prejuízo e o concelho tem 13 campos relvados, não há necessidade de mais e não queira pôr na sua posição pessoal e na do grupo mais nada que uma abstenção.-----

----Concluídas as intervenções passou-se à votação do ponto em epígrafe.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 28 votos a favor e 13 abstenções autorizar

a Câmara Municipal de Torres Vedras à repartição encargos para apoiar a instalação de Campos Relvados, no Grupo Desportivo Ponterralense e no Centro Social, Desportivo e Cultural da Pedra.---

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 8 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE RENDAS - MERCADO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, AO ABRIGO DO ART.º N.º 19 DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENCAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS;-----

-----Presente ofício número 4751, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Abril, a remeter a proposta de isenção do pagamento de taxas pela ocupação de espaços no Mercado Municipal de Santa Cruz até à reabertura do mesmo, o qual está a ser objecto de obras de remodelação, iniciadas no mês de Março, atentas as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que esta proposta de isenção surge devido às obras de remodelação que se iniciaram no mês de Março e decorrem agora em bom ritmo-----

-----Não se registaram intervenções e o Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento de rendas - Mercado Municipal de Santa Cruz, com início no mês de Março até à sua reabertura.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 9 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18-09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 3582 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 17 de Março a remeter o regulamento em título, tendo presente as competências da Assembleia Municipal previstas nestas matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a Assembleia Municipal já aprovou a estrutura orgânica e em função da mesma agora trata-se de aprovar o regulamento que a põe em prática. -----

-----O *Sr. Diogo Guia* começou por frisar que o regulamento tem de facto a mesma estrutura que já foi aprovada pela Assembleia Municipal e merece a aprovação do Partido Social Democrata.-----

-----Especificou que pese embora reconheça que há cuidado de prever o pagamento de prestações na alínea k) do art.º 7, n.º 2, ficaram decepcionados por não encontrar no regulamento, nomeadamente no art.º 15 (Competências da Secção de Gestão e Apoio a Utentes) uma cláusula dirigida às situações mais urgentes, sendo verdade que os SMAS têm vindo a dar resposta a estas questões.-----

-----Reportou-se à sua intervenção aquando da discussão da Prestação de Contas para salientar que não teve como intenção dizer que não há uma preocupação social, que há. O que estão a pedir é que

haja uma sensibilidade maior e se possível que a Assembleia Municipal, periodicamente, venha a ser informada sobre situações de incumprimento, no sentido de em conjunto discutirem soluções para responder às angústias dos utentes.-----

----A *Sra. Cláudia Ferreira* salientou que na missão dos SMAS estão inseridos todas as questões que foram chamadas à atenção, que já são cumpridas à data e não precisam de estar vertidas em papel para o ser.-----

----Considera que não há sombra de dúvida, que todo este documento foi feito em função do cidadão, das suas necessidades, que o seu serviço seja feito da melhor forma possível, também de forma a que estes recursos humanos sejam afectados, de forma eficiente, racional e de forma a dar uma resposta melhor possível aos cidadãos torrienses.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* interveio para agradecer as palavras da Cláudia Ferreira e para esclarecer o membro Diogo Guia que o objectivo do regulamento é definir princípios para a organização interna e o que ele falou tem a ver com políticas de apoio social que são deliberadas em sede de Executivo.-----

----Disse entender a preocupação mas tendo já os SMAS feito prova da sensibilidade a essas preocupações, julga que no documento em apreço não tem lugar as definições políticas.-----

----Terminadas as votações o Presidente da Mesa submeteu à votação o projecto em título.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade o projecto de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 10- RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA IDOSOS - RUA DAS TAIPAS, CARREIRAS - FREGUESIA DE CARVOEIRA, REQUERIDO POR ANTÓNIO JOSÉ BALTAZAR ANTUNES, REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS IO/3/2011 EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 ART.º130.º DO PDMTV EM VIGOR;-----

----Presente ofício número 4321, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 5 de Abril, a remeter o processo em título, após deliberar favoravelmente sobre a pretensão com as seguintes condições: cumprimento do número de lugares de estacionamento previstos no RMUE, cumprimento de todos os restantes regulamentos e legislação aplicável à pretensão e que o acesso ao terreno poderá ser feito pelo cento da localidade, podendo em paralelo à tramitação do licenciamento do equipamento ser solicitado pelo promotor a desafectação da área em RAN e domínio hídrico, a fim de efectuar um novo acesso pela estrada principal.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução do assunto, salientando que os interesses municipais são dados na condição de iniciarem o procedimento de licenciamento no prazo de um ano. A experiência ditou-lhes que muitos interesses eram deferidos mas os projectos não eram

executados.-----

-----Tendo presente que cada vez mais a Assembleia Municipal é chamada a aprovar estes equipamentos sociais cuja resposta de base são os lares privados e porque constata que com a actual taxa de envelhecimento e longevidade se começa a entrar no paradoxo de se capitalizar a velhice a **Sra. Susana Neves** interveio para manifestar a sua forte inquietação pessoal e até política.-----

-----Assinalou que se por um lado é bem verdade que o diagnóstico social do concelho de Torres Vedras, demonstra falta de vagas em equipamento de lares de idosos, também é uma realidade a emergência de lares com respostas diferenciadas.-----

-----Nesta sequência entende que devem ter a preocupação aquando pedidos de construção deste tipo de equipamentos, de solicitar uma informação técnica ao Sector de Assuntos Sociais, nem que sirva apenas para sensibilizar e entidade privada a adesão à rede social do concelho.-----

-----Considera que assim é uma forma de o integrar nas actuais respostas sociais que já se praticam, e também naquelas que por ainda não se praticarem ou serem insuficientes são uma necessidade, assim como de criar uma rede mais coesa mais sustentável e de evitar réplicas de serviços que já foram avaliados como inadequados.-----

-----Reforçou que se devem acautelar com a teoria da desinsersão e investir numa teoria de continuidade, ou seja não fazendo esquecer a biografia da pessoa idosa, mas antes mantê-la em permanente contacto com a comunidade e com as IPSS locais.-----

-----Reforçou ainda que as pessoa idosas são um grupo populacional que padece de uma diversidade de patologias de saúde, para as quais não existe ainda a suficiente qualificação dos cuidadores além de que os actuais equipamentos sociais não oferecem a melhor cobertura. Também não existe no concelho equipas comunitárias de cuidados paliativos, para o controlo sintomático das próprias doenças que progridem no decorrer do envelhecimento.-----

-----Nesta senda, anotou que cada vez mais vão começar a nascer entidades privadas, que comercializam a velhice e o próprio fim de vida da pessoa idosa, e que cientificamente está provado preferem permanecer nas suas próprias casas.-----

-----Por todas as razões expostas reforçou a necessidade de informação técnica acima mencionada.--

-----Concordando com a intervenção o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que não estão no âmbito de projecto mas de uma informação prévia, ou seja de intenção de projecto, que não sabem se se concretizará ou não. Estão numa fase prévia à que o membro esteve a falar e em que todo este encaminhamento é aconselhado.-----

-----Mais esclareceu que mesmo em sede informações prévias de entidades que pretendem ter parceria com a Segurança Social, esse pedido de parecer é feito pelos serviços camarários, uma vez que integrará a rede pública.-----

-----Esclareceu ainda que a título privado, entendem que não têm o direito de quartar a iniciativa

privada, pelo que essa apreciação prévia não é feita, no entanto em sede de projecto o Sector de Assuntos Sociais da Câmara Municipal será, não só informado, como deverá acompanhar as pessoas que tenham essa iniciativa. -----

-----Pedi a palavra o *Sr. Diogo Guia* para se congratular com a intervenção da colega.-----

-----Também se mostrou satisfeito com as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que não abre as portas de par em par, mas por outro lado vê o que nem sempre é frequente no quadro do espectro político à esquerda em Portugal, que a iniciativa privada neste caso em concreto pode ser uma mais valia.-----

-----Sobre a questão da terceira idade com o qual está envolvido apenas por razões profissionais, deu nota que a situação em Portugal é bastante mais complicada e trágica do que parece pois apesar dos media não darem grande enfoque, em Portugal só há 3% da população reformada que tem reformas acima de €1000.-----

-----Mencionou ainda que um idoso custa num lar não menos de €800 pelo que podem fazer uma ideia do absoluto abandono em que se encontra a população mais idosa.-----

-----Encerradas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu o assunto à votação. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade ratificar a Declaração de Interesse Municipal, para construção de residência para idosos - Rua das Taipas, Carreiras - Freguesia de Carvoeira, requerido por António José Baltazar Antunes, referente ao processo de obras IO/3/2011.-

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 11- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO EDEN, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente 4750, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Abril a enviar a proposta de alteração em título, a qual se considera integralmente reproduzida e encontra-se arquivada na pasta dos documentos da sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que trata-se de uma associação, à qual o município aderiu à pouco tempo, que tem por vocação a promoção do hidrogénio, e os órgãos da associação pretendem alargar o seu objecto, que não acarreta maior responsabilidade ou maiores encargos para o município, pelo que a Câmara não viu inconveniente em aprovar.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade a proposta de alteração de Estatutos da Associação Éden.-----

-----Anota-se que estavam presente na sala 39 membros.-----

PONTO 12 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO

ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Fevereiro, Março e Abril do corrente ano a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 22 de Abril é € 4.293.491,64 e o saldo de tesouraria €3.964.162,56.-----

-----Iniciou a discussão deste ponto a **Sra. Susana Neves** para congratular o projecto “Voluntariado de Proximidade - Freguesias da Cidade” elencado no capítulo Planeamento e Intervenção Social, importante no apoio domiciliário, à população idosa, constituindo uma boa prática, que é sem dúvida bem vindo e deve ser transversal a todo o concelho de Torres Vedras.-----

-----Como recomendação e até porque a Câmara tem tido um papel brilhante no apoio ao projecto “Fisioterapia profilática e paliativa”, era importante que no âmbito da saúde este projecto constasse neste documento.-----

-----Explicou que se trata de um projecto em sede de apoio domiciliário aos doentes ou idosos cujo prognóstico não tem cura, e não há investimento por parte da saúde, porque o prognóstico não é de reabilitação. -----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Maceira, **Sr. Francisco Inácio** deu nota que no dia 28 de Abril o Serviço Municipal da Protecção Civil de Torres Vedras realizou um exercício de teste ao novo Plano de Emergência Municipal, através do qual se procurou manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes envolvidos -----

-----Deu nota ainda que o exercício teve como base, a ocorrência fictícia de um sismo, com capacidade de gerar tsunamis e conseqüente alerta. Estiveram envolvidas várias entidades entre elas as quatro Juntas de Freguesia da área costeira e correu com êxito.-----

-----Mencionou que na área de intervenção da Junta de Freguesia da Maceira, constou na retirada das pessoas de Porto Novo, para um ponto seguro e o salvamento de um pescador caído ao mar.-----

-----De seguida informou que a Empresa Águas do Vimeiro encerrou a estrada Porto Novo/Ponte dos Frades para solicitar ao edil que diligenciasse para que a mesma fosse reaberta ao trânsito, que agora se faz pelo meio da localidade da Maceira. Se a situação se mantiver, e não obstante não ser favorável à colocação de lombas terá que optar por essa solução para salvaguardar a segurança da população.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** reportou-se à Feira da Caça, Pesa e Natureza do Oeste que teve lugar de 8 a 10 de Abril, pensando que pela primeira vez foi pago € 1. Nada tem a opor, mas quer saber se foi casuístico e qual é a regra para eventos futuros.-----

-----A **Sra. Cláudia Ferreira** reportou-se ao capítulo Juventude do documento em discussão para elogiar o “Estudo de Caracterização da Juventude”, que está a ser levado a cabo em algumas

freguesias, que lhe parece uma iniciativa de relevância extrema, útil para ter conhecimento desta franja da população e se conseguir encontrar os melhores instrumentos para dar resposta aos anseios e às necessidades da mesma.-----

----Nessa senda, numa altura em que a taxa de desemprego é uma preocupação, saudou a realização das Acções de Formação elencadas. -----

----No capítulo Ambiente, Energia e Serviços Urbanos, na actividade do Centro de Educação Ambiental, salientou o número de alunos abrangidos pelos vários projectos, saudando a iniciativa.---

----Saudou também a cerimónia de abertura do Seminário Internacional de Mobilidade Eléctrica que decorreu no passado dia 27 de Abril, e o impacto que a mesma teve a nível da imprensa nacional em que nome de Torres Vedras foi levado ao resto do país.-----

----O *Sr. Paulo Valentim* aludiu ao facto de este ano não se ter realizado o Torneio de Hóquei da Páscoa e sabendo que o protocolo que existia para o efeito acabou, questionou se houve solicitação por parte dos clubes envolvidos para a realização do evento.-----

----Tomou a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por endereçar a questão do encerramento da estrada na Maceira indicando que não tinha conhecimento e lamenta, mas iria falar com a administração da empresa no sentido de que a via seja reabertura à circulação do trânsito.-----

----No tocante à feira, esclareceu que é a quarta edição da Feira da Caça e desde início que é paga. Deu nota que este ano registaram 5000 visitantes e o certame foi realizado em parceria com a Promotorres e Federação Oeste de Caçadores.-----

----Agradeceu as palavras da Sra. Cláudia Ferreira e no que se refere ao Torneio de Hóquei da Páscoa, lembrou nos últimos dois anos já foi organizado pela Física, por falta das melhores condições do Sporting de Torres, o que se verificou também no presente ano, pelo que se entendeu fazer uma pausa, sem prejuízo de posteriormente se ponderar o modelo para a sua realização.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato, a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelas 24.45 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
